

**A MILITARIZAÇÃO DA VIDA EM FAVELAS:
Sentidos produzidos pelo O Globo sobre a Vila Kennedy (Rio de Janeiro)**
The militarization of life in favelas: meanings produced by O Globo about Vila
Kennedy (Rio de Janeiro)

Igor Lacerda¹

Resumo:

O objetivo central deste artigo é identificar e analisar as memórias sobre o Rio de Janeiro e as operações dos militares no início da intervenção, ocorrida em 2018. Para isso, foram selecionadas matérias de O Globo, entre 24 de fevereiro a 11 de março, sobre o patrulhamento ostensivo da Vila Kennedy, uma comunidade da Zona Oeste considerada o laboratório da intervenção militar. Para atingir o objetivo proposto, foi utilizada a análise de narrativas, seguindo a concepção de tríplice mimese de Ricoeur (1994). Nessas narrativas de O Globo, nota-se que sentidos eram direcionados para legitimar a intervenção militar, como se essa medida repressiva fosse essencial e indispensável à segurança no Rio.

Palavras-chave: Intervenção militar¹; O Globo²; Vila Kennedy³; Violência⁴; Rio de Janeiro⁵.

Abstract:

In 2018, the Brazilian government initiated a military intervention in Rio de Janeiro. Therefore, the aim of this article is to analyze memories about the city and military operations. Thus, we selected articles in O Globo about the ostensive patrolling of Vila Kennedy, a community on the west side of Rio de Janeiro, between February 24th to March 11th. This part of the city was considered the laboratory of military intervention, revealing the pertinence of the topic we are discussing. To achieve the proposed objective, narrative analysis was used, following Ricoeur's conception of triple mimesis (1994). As a conclusion, in narratives produced by O Globo, the meanings were built to legitimize the military intervention, as if this repressive measure was essential and indispensable to security in Rio de Janeiro.

¹ Doutorando em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCom UERJ - Bolsista CAPES). Mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Comunicação pela Universidade Veiga de Almeida. Pesquisador no Laboratório de Comunicação, Cidade e Consumo (LACON-UERJ). E-mail: igorlacerdasa@gmail.com.

Keywords: Military intervention¹; O Globo²; Vila Kennedy³; Violence⁴; Rio de Janeiro⁵.

Introdução

Em 2018, o Rio de Janeiro esteve sob uma intervenção federal na área de segurança pública. Esse tinha sido um plano do então presidente Michel Temer (MDB) com apoio do governador Luiz Fernando de Souza (MDB), da Câmara e do Senado. Comandado pelo general Walter Braga Netto, responsável pelo Comando Militar do Leste, essa medida intervencionista funcionou por um período determinado, como prevê a lei brasileira: começou em 16 de fevereiro e terminou em 31 de dezembro. Sendo assim, com esse projeto em andamento, o ex-secretário de segurança pública, Roberto Sá, foi exonerado em 19 de fevereiro e o general Braga Netto passou a gerenciar as polícias civil e militar, o corpo de bombeiros e o sistema prisional. O interventor respondia apenas às ordens de Temer, não tendo a obrigação de atender às autoridades do Rio.

É importante destacar que a intervenção federal é um procedimento regulado pelos artigos 34 e 36 do capítulo VI da Constituição Brasileira (CRFB), mas que nunca tinha sido utilizado antes, pois, em condições habituais, o governo federal não teria autonomia para intervir nas decisões dos estados. Contudo, conforme o artigo 34, para manter a integridade do território brasileiro, reorganizar as finanças da unidade da federação e/ou afastar uma interferência estrangeira, o presidente do país pode suspender temporariamente a soberania dos estados. No caso específico do Rio, o inciso três do artigo 34 foi invocado para amenizar um suposto “grave comprometimento da ordem pública”.

Pela Constituição, as autoridades políticas poderiam ter escolhido um membro da sociedade civil para gerir a intervenção, não tendo a obrigação de recorrer às Forças Armadas. No entanto, houve um desejo de controlar a cidade de forma militar, especialmente as favelas e os subúrbios – representados pela mídia e por políticos como

ambientes de crimes e medos. Por essa razão, assim como Rocha (2018), entendemos esse projeto como uma intervenção militar, pois a militarização é um processo que traz o campo de batalha para dentro das cidades a fim de combater um inimigo interno como gangues, milícias, traficantes e outros grupos. De acordo com a autora, a militarização das metrópoles é viabilizada por questões morais e ideológicas que utilizam agentes treinados para a guerra no combate de crimes urbanos, tornando habitual a presença de soldados nas ruas e na gestão da vida dos cidadãos.

O objetivo deste artigo é identificar e analisar as memórias sobre o Rio de Janeiro e as operações militares iniciadas no início da intervenção militar, ocorrida durante o ano de 2018. Para atingir este propósito, foram selecionadas reportagens do jornal O Globo, entre 24 de fevereiro a 11 de março, sobre o patrulhamento ostensivo da Vila Kennedy, uma comunidade da Zona Oeste que foi considerada o laboratório para a intervenção de militares. Como metodologia para este estudo, foi utilizada a análise de narrativas, seguindo a concepção de tríplice mimese de Ricoeur (1994).

Partimos da hipótese que ao narrar a intervenção militar o jornal O Globo produziu sentidos que delineavam uma ambiência de medo no Rio de Janeiro, principalmente das favelas e subúrbios. O medo é comumente entendido como uma reação a algo, uma resposta do corpo a objetos materiais ou imateriais. É um sentimento que paralisa, subtraindo do organismo a capacidade de reagir ao perigo. O temor pode causar a ansiedade, outra emoção que deixa sem ação e perturba a relação com o universo. Neste trabalho, no entanto, não consideramos o medo como sentimento individual, e sim como social e coletivo, que pode ou não ser desencadeado por objetos específicos. Portanto, a criação de um ambiente de medo pelo jornalismo serviu a políticos empenhados em atrair eleitores, especialmente pela proposta de medidas repressivas que eram ineficazes e superficiais, mas amenizavam em certa medida a ansiedade de alguns grupos.

1. Ambiência de medo

Para a arquitetura, a ambiência é a organização do espaço para produzir determinado efeito estético ou psicológico. Esse conceito remete à distribuição de materiais dentro do meio físico e aos efeitos psíquicos que esse ambiente idealizado gera em seus frequentadores. Por exemplo, se bem planejada, a ambiência pode tornar o espaço mais receptivo e propício ao convívio, ou, quando não levada em consideração, mais inóspito e não benéfico à harmonia. Como Bestetti (2014), pensamos que a *ambiance* não é composta apenas pelo meio material onde se vive, mas pelos efeitos morais e psicológicos que esse espaço induz ao comportamento dos indivíduos.

Assim como na arquitetura e no urbanismo, as narrativas jornalísticas também compõem o meio urbano material e são capazes de gerar efeitos na psique de seus leitores. Se o arquiteto e o urbanista escolhem as melhores cores, formas e texturas para projetar um espaço, visando produzir determinada sensação nos usuários, o jornalista seleciona as lembranças e os esquecimentos para compor suas narrativas sobre a cidade, produzindo sentidos que dialogam com as emoções do seu público. Buscando aprofundar a relação entre memória, esquecimento e produção de sentidos sobre o urbano, recorreremos ao conceito de tríplice mimesis de Ricoeur (1994). Conceituaremos mimesis I, mimesis II e mimesis III a fim de articular aquilo que o autor entende como arco hermenêutico ou processo interpretativo da narrativa.

Em mimesis I, no mundo prefigurado, Ricoeur (1994) introduz uma teia de conceitos de ação: por intermédio do diálogo de intersignificação, o jornalista e o leitor precisam compartilhar minimamente as mesmas lembranças, bem como as mesmas dimensões simbólicas e o tempo em que se passa a história. Benjamin (1985) coaduna com esta perspectiva, esclarecendo que a narrativa é responsável pelas trocas de experiências e memórias, o que só é possível quando as referências são comuns entre narrador e leitor.

Ocorre o ato de tecer a intriga em mimesis II, que serve de mediação entre o mundo que precede a narrativa (mimesis I, o mundo prefigurado) e o mundo criado após a circulação da narrativa (mimesis III, o mundo refigurado). De acordo com Ricoeur (1994), a intriga é uma composição verbal que possibilita a transformação de simples palavras em narração, é por intermédio dela que o narrador organiza os eventos para que a história contada consiga produzir ou reforçar os sentidos almejados. Por conseguinte, o papel fundamental da mimesis II é ligar, por meio da produção da narrativa, o mundo prefigurado ao mundo refigurado. Nessa lógica, ao produzir as notícias, o jornalista cria ou reforça os antigos sentidos sobre o meio social, além de possibilitar que os sujeitos reformulem ou mantenham antigas perspectivas.

O leitor é convidado a participar ativamente da trama em mimesis III, se posicionando como parte integrante na produção de sentidos. Sua influência não é exercida de forma passiva, pelo contrário: ele desempenha a função de reconfiguração, realizando apropriações conforme suas convicções. Para Ricoeur (1994), o leitor cria referência no instante em que devolve ao mundo a mensagem que foi interpretada. Com base no referencial recém adquirido, tem-se uma construção simbólica que será utilizada por outros sujeitos na formação de novas narrativas. É importante destacar que o leitor e o narrador passaram por processos de socialização que fixaram em suas existências determinadas visões de mundo, experiências e aprendizados. Portanto, pensamos que as narrativas jornalísticas estão repletas com as impressões pré-construídas de seus criadores e são interpretadas conforme às referências dos leitores que podem concordar ou discordar dos argumentos expostos.

O fim do processo interpretativo é também o seu início, isso pode passar a ideia de circularidade, mas Ricoeur (1994) esclarece que deve ser espiralado. O arco hermenêutico pode ser formado pela ideologia ou pela utopia, que seriam duas variações imaginativas. Na ideologia, a mimese III é enviada à mimese I de forma circular, permanecendo na mesma perspectiva, dificultando o vislumbre de outras realidades

possíveis. Por ser uma antiga utopia absorvida massivamente, a ideologia reforça os sentidos anteriores e fixa o leitor nas mesmas ideias. Por outro lado, na utopia, a mimese III vai à mimese I de forma espiralada, resultando na construção de narrativas reinventadas. Ou seja, a utopia transforma a ideia inicial, projetando novas visões de mundo e ajudando o leitor a conjeturar uma realidade diferente.

Analisando as narrativas sobre a intervenção militar de 2018, notamos que O Globo formou um arco hermenêutico que enviou a mimese III à mimese I de forma cíclica, e não espiralada. Como em um ciclo vicioso, permanecendo no mesmo lugar, silenciando as vozes dos moradores de favela, o jornal fixou a mesma perspectiva: só o Exército, com sua preparação para a guerra, poderia solucionar o caos na cidade. Como estratégia discursiva, buscando dar mais veracidade a essa perspectiva, crimes como assaltos, homicídios e confrontos entre policiais e traficantes eram extremamente lembrados, projetando uma ambiência de medo que supostamente só seria solucionada pela presença constante de militares nas ruas.

2. Militarização do espaço urbano

Graham (2016) estuda as guerras com envolvimento de países como Reino Unido, Israel e principalmente Estados Unidos para exemplificar o que ele chama de novo urbanismo militar, que também pode ser compreendido como a militarização da sociedade civil. Táticas e ideologias essencialmente militares (antes, utilizadas em momentos específicos como o ataque de um exército inimigo, por exemplo) na contemporaneidade são aplicadas ao cotidiano das pessoas que vivem nas cidades. Para o autor, se os Estados Unidos se envolvem em uma guerra, depois desse conflito os nova iorquinos inevitavelmente receberiam como legado o constante controle de seus corpos, seja nos aparelhos de identificação de metais ou nas revistas policiais. Essa constante

vigilância, normalmente, é legitimada como indispensável para a garantia da lei, da ordem e da segurança de todos.

Para melhor explicar a sua hipótese, Graham (2016) apresenta cinco características para o urbanismo militar. A primeira diz que as táticas militares de triagem e rastreamento estão cada vez mais incluídas na paisagem urbana. De tão naturalizadas, são pouco reparadas e, conseqüentemente, problematizadas. Na segunda, conta que os conceitos, as técnicas e as ideologias de guerra são utilizadas nas cidades para controlar alguns grupos sociais, movimentos populares e todos aqueles que são entendidos como ameaçadores. Com o propósito de conter uma suposta desordem causada por esses grupos insurgentes, medidas repressivas e militarizadas são utilizadas pelo Estado, que inclui o uso de diferentes tipos de tecnologias como câmeras de monitoramento, verificação biométrica, aparelhos com identificador de localização e drones.

A terceira característica do urbanismo militar é a economia vigilante, nela se destaca um mercado de serviços e tecnologias de segurança. Nesse sentido, são notórios os seguros, os carros blindados, os arrojados sistemas com câmeras de segurança, um mercado cada vez mais desejado pelas pessoas que vivem nas cidades. Na quarta, o autor lembra que infraestruturas importantes à vida (água, luz, alimentos e telecomunicações) podem ser cortadas ou atacadas em períodos de combate. Em um momento de guerra, ou simplesmente por discordância política, os países que produzem alimentos ou remédios podem deixar de abastecer seus inimigos como uma forma de desestabilizá-los, por exemplo. Na quinta, nota-se que as tarefas militares de rastrear, vigiar e dominar o alvo não precisam necessariamente de novos sistemas tecnológicos, pelo contrário: elas se apropriam dos aparatos digitais que já operam na cidade, como interações e transações feitas por aplicativos, via internet, que fornecem informações importantes aos bancos de dados ou podem ser utilizadas para a identificação de uma ação criminosa; os carros inteligentes podem auxiliar nos projetos de armamentos robóticos. Todas essas

características do urbanismo militar, como foi possível notar, não atingem só aos criminosos, mas cidades e países inteiros.

Diante do urbanismo militar, de acordo com Graham (2016), é comum encontrar em discursos jornalísticos e governamentais a utilização da metáfora da guerra para descrever os problemas sociais, citando exemplos como guerra contra as drogas, os crimes e os pânicos. E assim como nas guerras, esses discursos são acompanhados da defesa de perspectivas maniqueístas que separam o eu/nós (justos e bons) do eles/outros (inimigos, odiados). Essa ideia de bem contra o mal normalmente serve para fundamentar os conflitos e ativar o medo do outro, intensificando a violência ao invés de erradicá-la. No Rio de Janeiro, a crescente necessidade de construir muros materiais e simbólicos para afastar o outro não é novidade. É comum que o jornal O Globo reproduza a concepção dicotômica do nós (classe média e alta, vítimas sofredoras) e os outros (os pobres da cidade, produtores do mal que precisam ser controlados), esquecendo que em uma cidade militarizada, todos os seus moradores são atravessados pela militarização, alguns mais, outros menos.

3. Acessos controlados: moradores da Vila Kennedy são fotografados

Favelas são fronteiras mais simbólicas que geográficas, sobre as quais a parte mais amedrontada do senso comum e alguns atores políticos proeminentes supõem que toda atividade social seja baseada pelo ilícito (...) Essa suposta distância em relação à participação em um pacto coletivo de civilidade faz parecer a formuladores de políticas ou a indivíduos envolvidos no policiamento direto que a favela é um território que deve ser colonizado previamente, sobretudo tendo em vista sua periculosidade ou, pelo mesmo motivo, combatido em uma guerra em que humanidade e os direitos humanos e civis são nocivos ao interesse público (ROCHA E FILHO, 2009, p. 457).

Em 24 de fevereiro de 2018, o jornal O Globo publicou a reportagem “*Acessos controlados: moradores de favela são fotografados*”, explicando que o Exército foi à Vila Kennedy, uma favela localizada na Zona Oeste do Rio, e fotografou os moradores com

seus documentos de identificação. O processo era feito de forma indiscriminada: as pessoas passavam na rua, eram paradas pelos soldados e obrigadas a se deixarem fotografar. As fotos eram recolhidas pelos celulares dos próprios agentes e enviadas ao banco de dados da Polícia Civil, fazendo uma espécie de fichamento de moradores – procedimento similar ao realizado quando uma pessoa é presa.

Na reportagem, um militar explica: “trata-se de um procedimento feito regularmente, legal, cuja finalidade é agilizar a checagem de dados junto aos bancos de dados da Secretaria de Segurança (...) Uma vez enviada para a Polícia Civil, a foto é deletada”. Por outro lado, o presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB-RJ esclarece ao jornal que essa ação não tem amparo legal, que os moradores da Vila não podiam ser fotografados. O coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública explicou que a revista indiscriminada não está prevista em lei, contrariando a justificativa dada pelo agente do Exército.

A narrativa apresenta ao leitor um confronto de ideias, traz tanto a opinião de especialistas do direito quanto a de militares. Os advogados são contrários à ação, os soldados são favoráveis. Nesse caso, é essencial pensar o não dito, o silenciado, ir além dessas primeiras impressões. A partir disso, notamos que as vozes dos moradores da favela eram silenciadas pela reportagem. As vozes únicas pertenciam aos coronéis e aos especialistas que se limitavam a falar sobre a constitucionalidade da ação. As pessoas fotografadas eram representadas como passivas, como se estivessem aceitando totalmente aquela situação, por mais que a realidade seja outra e a favela tenha um histórico de resistência às ações militares. Um exemplo são as organizações dos moradores, que sempre existiram nesses espaços e lutaram contra a violência. As contraposições às opiniões do coronel eram feitas por especialistas, não por ativistas, movimentos sociais e especialmente pelos moradores das favelas que lidavam (e ainda lidam) com a brutalidade policial.

A narrativa de O Globo produz sentidos que representam somente a favela como a causadora da violência urbana, desconsiderando que esse problema também existe em outras partes da cidade. Nesse caso, o jornal repete denominação “cidade partida”, colocando a favela como a causadora do medo e o asfalto como o temeroso, ignorando que a cidade é uma só. Vilela (2013) explica que no século XIX o Rio tinha a fama de uma cidade suja, por isso os governantes se preocupavam com os surtos de epidemias. No século XX, o aumento dos crimes urbanos fez a cidade ser reconhecida como partida, fazendo alusão às desigualdades sociais que separavam a favela do asfalto, o subúrbio da Zona Sul – região que concentra os estratos sociais mais abastados.

Com o aumento do poderio bélico e financeiro das facções do tráfico de drogas, a partir dos anos 1970, as guerras entre narcotraficantes por pontos de vendas de drogas, bem como os assaltos, furtos, sequestros e outros delitos, renderam ao Rio – na década de 1990 – a alcunha de “cidade partida”. As diversas mídias que cobrem o dia a dia da metrópole repercutiam isso obsessivamente. O uso de termos como “poder paralelo” e “Estado paralelo” para se referir à territorialização imposta pelo tráfico de drogas, bem como “cidade em guerra” ou “guerra do Rio” fazendo menção aos conflitos que ocorriam nos mais diversos pontos da cidade, eram uma constante no noticiário local (VILELA, 2013, p. 11).

Além disso, averiguamos que apesar de apresentar ao leitor vozes plurais, cedendo um espaço tanto às falas do comandante quanto às falas dos especialistas em direito, na parte inferior da *figura 1* é possível ver a imagem de alguns soldados desentupindo um bueiro. Mesmo que os militares sejam responsáveis pela violação de direitos, a construção desta narrativa jornalística produz sentidos a respeito de sua indispensabilidade à favela, seja para desentupir bueiros ou para lutar contra o crime.

Figura 1 - Acessos controlados - moradores sendo fotografados na Vila Kennedy

Força máxima

ACESSOS CONTROLADOS Moradores de favela são fotografados

OAB e Defensoria Pública do estado criticam abordagem feita por militares na Vila Kennedy

Caso Barão e Basso
cobarretre@igol.com.br

“Constante não”, afirmou o sargento dos Indústriais, fazendo referência aos moradores que foram fotografados sem serem avisados, na Vila Kennedy. “Garantia não precisa, pode liberar o acesso, mas não precisa de autorização”, afirmou o sargento dos Indústriais. “O fato de que a favela tenha sido não ser identificada como tal não basta”, afirmou o sargento dos Indústriais sobre a abordagem. Não a abordagem de tropas da Guarda da Lei da Ordem (GLO) a moradores da comunidade da Zona Oeste, que foram fotografados e obrigados a mostrar os documentos pessoais. Os dados coletados foram enviados à Polícia Civil, que chegou ao endereço com o intuito de fotografar. A ação foi do Exército Brasileiro, sob o comando do Major (OAB) Jamerson Cesar, chefe de polícia militar. A ação, em conjunto com a Defensoria Pública, divulgou uma nota de repúdio. O Ministério Público estadual informou que acompanhará a ação dos soldados para evitar eventuais excessos.

A operação contou com 3.200 militares e se estendeu às favelas Vila Iluminada e Zona Oeste. Quem não foi afetado a cumprir era preso imediatamente. O prazo é de 15 dias, que deveria ser de 30 dias.



Ação policial. Militar fotografou moradores enquanto outros olhavam em uma rua de favela.

minutos, foi de manhã e à tarde. Assim como na comunidade da Barão, na Perla, na última terça-feira, o resultado ficou aquém do esperado, sem furtos significativos. Mas foram presos 27 pessoas e recolhidos dois veículos. Militares também recuperaram 13 motocicletas e 12 carros.

Quanto ao caso “Barragem” dos moradores, o Comandante Militar do Leste informou, em nota, que “não se decomprometemos a fazer qualquer coisa, mas, caso finalizado o trabalho, a chegada de dados para que possam ser identificados os responsáveis”.

Dois dias após a operação, o subcomandante da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Vila Kennedy, coronel Guilherme Lopes da Cruz, foi morto numa tentativa de assalto em Jacarepaguá. De acordo com o comandante da comunidade da Vila Kennedy, o assalto ocorreu em Campo Grande, na última sexta-feira.

O procedimento dos militares na Zona Oeste não tem amparo legal, segundo especialistas. O presidente do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Rodrigo de Brito, afirmou que o procedimento da UPP não tem amparo legal, segundo especialistas. O presidente do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Rodrigo de Brito, afirmou que o procedimento da UPP não tem amparo legal, segundo especialistas.



Intervenção na favela. A zona foi alagada, mas não passou despercebida, após derrubar barreiras de tráfego, militares de rua catufada trabalham para desobstruir bueiro entupido, responsabilidade da prefeitura.

De barricada do tráfico a bueiro entupido

Após derrubar obstáculos instalados por criminosos, soldados são flagrados limpando vala cheia de lixo arrastado pela chuva, que deixava via intrançável

Quando foi um inimigo mortal, quando desmontaram uma barricada do tráfico de drogas que impedia o acesso a uma das ruas principais da Vila Kennedy, cinco militares, surpreendidos por um furo inesperado, tentaram que desmontar um bueiro entupido de lixo no meio do asfalto, sua responsabilidade que é da prefeitura. Se tivessem percebido a importância da favela, talvez que cuidasse a polícia civil e militares, seriam se separados com pedras e outros objetos.

O abandono é total nas ruas e becos da Vila Kennedy, em Barão, Na Moura, localidade mais pobre da favela (que guarda a maioria de bares e bares antigos), há famílias inteiras que moram em barracos de madeira, um militar do Exército que mora na favela e nunca tinha ido à Vila Kennedy desabastecida.

Esses pontos precisam de educação e emprego. Sem isso, a favela permanece no mesmo nível de pobreza. O lixo se espalha por todos os lados não mais onde a coleta não chega. No número 10 da Rua Otonário Monteiro, a Primeira Igreja Batista tem mais de 30 metros de lixo na barricada. Entre os moradores, o cheiro é um sinal de abandono da intervenção federal e uma prova do fracasso que, após a entrada da UPF de forma permanente, o estado se torna mais presente. Soldados se ocupam com a construção de escolas, creches e unidades de saúde. Finalmente haverá alguma esperança para as crianças. O que se viu, desde então, foi o fechamento da vila olímpica e a inauguração de um prédio de casas de favela que ainda

não consegue a funcionar. A única atividade de lazer disponível é jogar bola no campo de terra perto da Rua A, onde ficam uma das principais lojas de favela antes da chegada da UPF. Durante a operação de ontem, o GLO andou por toda a comunidade e se reuniu no prédio de um homem considerado por muitos de drogas, que estava fotografado pelo sistema policial. Ruyton Ferreira, Assessor de Comunicação Militar, afirmou que o sistema não tem amparo legal, segundo especialistas. O presidente do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Rodrigo de Brito, afirmou que o procedimento da UPP não tem amparo legal, segundo especialistas.



Na mesma página, como pode ser visto na *figura 1*, também é possível notar a matéria “De barricada do tráfico a bueiro entupido”, que completa a “Acessos controlados: moradores de favela são fotografados”. Nesse complemento, a seguinte fala de um morador foi acionada: “escoamento, aqui, não existe. A chuva de ontem (quinta-feira) foi forte, mas alagou a casa de todos. Nós não temos o básico, e o governo só manda

polícia”. Ao mesmo tempo, a narrativa esclarece que “o flagrante de soldados empenhados em desobstruir um bueiro, já que a água na via causava tantos transtornos para o ir e vir quanto a barricada instalada pelo tráfico, é o símbolo de um drama social que vai além da segurança”. Enfim, é evidente que este complemento tem grande valor simbólico, pois remete à indispensabilidade do Exército à Vila Kennedy e, conseqüentemente, à militarização do espaço urbano e dos corpos que nele circulam.

4. A militarização e a eliminação da vida

Falar em militarização da vida em favelas significa pensar que todas as rotinas, as condutas e as regras que incidem sobre o cotidiano de seus moradores passam necessariamente pela lógica militarizada de gestão, conta Barros (2018). Sendo assim, com o intuito de entender a forma como a militarização afetou a vida dos habitantes da Vila Kennedy, foram selecionadas duas notícias em O Globo: uma sobre a morte por bala perdida de Valdir Vieira da Silva e a outra referente ao assassinato de Wilton César do Nascimento Ramos, que seria supostamente um traficante.

Em 04 de março de 2018, Valdir Vieira da Silva, de 66 anos, foi atingido por uma bala perdida na cabeça durante uma troca de tiros entre traficantes e agentes de segurança. Além dele, uma mulher de 40 anos também foi baleada na coxa. Depois de serem feridos pelos disparos, os dois foram levados para o hospital, mas Valdir morreu, e a mulher teve alta depois de ser atendida. Supostamente, o confronto entre traficantes e militares teria ocorrido 24 horas depois da atuação das Forças Armadas para retirar as barricadas que impossibilitavam o acesso de veículos à Vila.

A notícia “Militares vão voltar à comunidade onde idoso morreu após ser atingido por bala perdida no Rio”, publicada um dia depois da tragédia, reforçou que os soldados precisaram continuar na comunidade a fim de garantir permanentemente a ordem. Buscando validar essa ideia, a narrativa lembrou que apesar da ação ter acabado com uma vida, o Batalhão de Choque realizou uma operação no território e três pessoas foram

conduzidas à delegacia: uma considerada foragida, já que havia em seu nome um mandado de prisão expedido pelo Tribunal de Justiça; as outras duas estavam portando entorpecentes, detalhes como quantidade e tipo não foram especificados

Na matéria, o coronel Carlos Cinelli, porta-voz do Comando Militar do Leste, esclareceu que os militares continuariam retirando os obstáculos. A ideia, segundo Cinelli, era que no futuro, após o processo de intervenção, a Polícia Militar tivesse capacidade de fazer o patrulhamento ostensivo e impedir a construção de novas barricadas. Pela utilização da voz única do coronel, a narrativa produziu o seguinte sentido: o Exército, representante do Estado, continuaria disputando esse território com os traficantes. Nota-se, portanto, o que Mendonça (2018) denominou como o mito da retomada das favelas pelo Estado, tendo como base o esquecimento do fato de que o Estado sempre esteve presente nas favelas, mesmo que atuando de forma precária e contraditória. É esquecido que essa presença constante das Forças Armadas é parte fundamental do problema da violência, pois o jornal não menciona a persistência das mesmas práticas de sujeição criminal, assim como a manutenção da incapacidade de administração dos conflitos por parte do Estado, e a relação entre membros da força policial e traficantes.

Em 11 de março, dezesseis dias após o início da operação, Wilton César do Nascimento Ramos foi morto em um confronto com policiais militares na área da mata, nas proximidades de Senador Camará, bairro vizinho da comunidade. Na época, segundo depoimento dos próprios policiais envolvidos, Wilton estava com “materiais ilícitos” e na companhia de homens armados, que teriam atirado primeiro nos agentes de segurança. No entanto, a ação só apreendeu um rádio transmissor, 41 trouxinhas de maconha, uma arma e poucas munições.

O jornal O Globo publicou a notícia “Suspeito morre na Vila Kennedy após ser baleado em confronto com PMs” no mesmo dia do assassinato, justificando a decisão de matar: o homem morto na Vila Kennedy já respondeu por crimes de tráfico, associação

com traficantes e porte ilegal de armas. A narrativa se resume a explicar a motivação dos policiais e a divulgar o histórico de crimes de Wilton. De acordo com O Globo, em 2005, ele tinha sido detido em Bangu, bairro próximo à Vila, por carregar uma arma de fogo. Por essa razão, no ano seguinte, foi condenado a três anos de prisão. Conquistou a liberdade provisória em 2007, mas foi encarcerado novamente por portar pedras de crack e saquinhos com cocaína. Foi, então, condenado pelo crime de tráfico, adquirindo mais três anos de prisão. Preso pela última vez em 2016, porque estava com armas e drogas, obteve uma prisão preventiva, porém, a Justiça atendeu a um pedido da Defensoria Pública e “relaxou” no aprisionamento, explica o jornal. Quatro meses depois de ter a prisão “flexibilizada”, foi considerado foragido por não ter se apresentado mensalmente ao Fórum de Bangu.

Figura 2 – A militarização da Vila Kennedy



A narrativa “Suspeito morre na Vila Kennedy após ser baleado em confronto com PMs” traz à lembrança os erros do morto, estando repleta de esquecimentos. Um esquecimento que, segundo Mendonça (2018), não é vazio ou desprovido de significação, pelo contrário: é indício de instância significativa. Portanto, segundo o autor, é necessário averiguar para quais posições do jogo de poder o esquecimento aponta, identificando qual voz ou visão de mundo está sendo habilitada a falar e quais vozes ou interpretações do real estão sendo impedidas de emitir suas opiniões. Notamos que as interpretações mais

críticas à militarização da comunidade são evitadas na medida em que as únicas vozes ouvidas pertencem aos agentes de segurança envolvidos nos assassinatos, carecem das perspectivas dos familiares das vítimas, dos ativistas, dos movimentos sociais e de moradores da favela – atores que poderiam tecer críticas às atividades policiais. Nesse caso, o esquecimento pode servir para preservar a coerência nos sentidos que estavam sendo construídos: mais um bandido morto, logo, a militarização funciona.

Revelando a militarização da vida das pessoas que vivem em favela, na *figura 2*, é possível observar um soldado em primeiro plano, seu rosto está coberto por uma máscara escura, e duas pessoas estão conversando normalmente no segundo plano. Ainda, apresenta a imagem de carros de guerra, com homens altamente armados, passando pelas ruas da Vila Kennedy, e o seu título clarifica que cerca de 300 agentes estão atuando diariamente na comunidade.

O maquinário de guerra presente nas imagens, segundo Virilio (1991, p. 12), é capaz de produzir sentidos e mistificação psicológica, uma vez que antes de serem instrumentos de destruição, afetam a percepção. As forças das armas não são apenas brutais, mas espirituais, pois estão totalmente preocupadas com a produção de um espetáculo onde a eliminação do adversário é mais fundamental que capturá-lo que cativá-lo, é infligir o pânico da morte antes da realização desta ação. Ou seja, os armamentos do exército funcionam como “estimulantes que provocam fenômenos químicos e neurológicos sobre órgãos do sentido e do sistema nervoso central, afetando as reações e a identificação e a diferenciação dos objetos percebidos”. Sendo assim, é possível, mais uma vez, apontar que ao verem o Exército nas favelas alguns grupos podem se sentir mais seguros, achando que aquela área supostamente mais violenta foi controlada.

Conclusão

Como Mbembe (2017), percebemos que a intervenção militar corresponde à necropolítica, ou seja, uma política de morte adotada pelo Estado. Em muitos casos, se apresenta

como regra, uma ação necessária ao mantimento da segurança, mesmo sendo uma medida excepcional. Para o autor, essa forma de governar é materializada pela expressão e imposição da morte, onde políticos ou instituições – no caso deste trabalho, os agentes do Exército – são capazes de decidir quem vive e quem morre. Conforme o autor, a necropolítica é uma total inversão do papel do Estado que, ao invés de cuidar as pessoas, impõe a morte, não sendo, portanto, o lugar da razão e sim da desrazão. Na relação estabelecida entre a intervenção militar e a Vila Kennedy, é possível identificar a adoção de uma política de morte, especialmente pelo uso ilegítimo da força, do extermínio do outro, da gestão de corpos específicos e criação de um inimigo a ser combatido. O Estado não entra nessa comunidade com serviços de saúde, educação, lazer e cultura, apenas com as mesmas sujeições criminais de sempre.

Normalmente, as matérias de O Globo não elucidam o papel institucional do Exército e da Polícia Militar na sociedade. Em suas páginas, é possível perceber que há uma indefinição das atividades de responsabilidade de cada instituição. São produzidos sentidos sobre o Exército como se ele fosse capaz de atuar de maneira semelhante à Polícia Militar, e, para Brodeur (2004), o Exército e a polícia, apesar de serem mecanismos de força coercitiva, não têm funções semelhantes, também não possuem o mesmo poder de fogo e responsabilização em caso de erros/crimes cometidos em serviço².

De acordo com Brodeur (2004), as polícias têm a função de fazer o patrulhamento urbano, resolvendo os conflitos entre civis, controlando as multidões (como os casos de policiais que dispersam manifestações populares) e intervir em situações que ameaçam a ordem (por exemplo, os assaltos e arrastões). O Exército, por outro lado, é preparado para o campo de guerra, para a eliminação do inimigo, para a defesa de fronteiras e para a

² Caso um policial viole os direitos humanos das pessoas, ele deve prestar conta de suas ações a várias instâncias exteriores à polícia, como tribunais, Defensoria Pública, promotores, imprensa e autoridades políticas. Diferente da polícia, se um soldado do Exército violar direitos, ele deve prestar contas de seus erros à Justiça Militar. Brodeur (2004) esclarece que as Forças Armadas constituem um universo relativamente fechado e paralelo à vida pública porque não respondem à Justiça comum, nem são investigadas pela Polícia Civil e pelo Ministério Público. Então, o autor conclui que quem só precisa prestar contas a si mesmo, na verdade não tem que prestar contas.

preservação de prédios militares. Os soldados do Exército até são usados para o controle da população, segundo o autor, mas eles normalmente identificam uma parte da população como inimiga, combatendo-a com todo o seu aparato de guerra. É importante destacar que por mais que as armas das polícias sejam menos destrutivas que as usadas pelo Exército, ainda são capazes de subjugar aqueles que estão desarmados.

Milanez (2014) explica que a polícia e o Exército são mecanismos usados para conter os desvios que impedem a expansão e progressão do capitalismo. Como desviantes, podemos entender aqueles que não se enquadram ou sustentam esse modo de produção (desempregados, pobres, não consumidores). Nesse sentido, as Forças Armadas podem ser entendidas como agências de controle dos desviantes, que se pautam na repressão das classes menos favorecidas para manter seu *status quo*. Assim, as agências de controle servem para defender os interesses de determinados grupos políticos e empresariais, assim como as classes médias e altas. Contudo, Brodeur (2004) explica que as polícias têm tentado atenuar suas características de policiamento coercitivo desde 1990, investindo em projetos de “polícia comunitária”, “polícia de proximidade” ou simplesmente “polícia de bairro”. A Polícia Pacificadora era um exemplo de polícia comunitária, já que, em teoria, estava mais próxima à população, fazendo seu trabalho com respeito e humanidade. Mesmo que alguns projetos de policiamento defendam a força mínima, há uma doutrina jurídica que autoriza o uso da força necessária para resolver uma situação problemática. E essa noção de força necessária é controversa uma vez que pode ser usada para justificar os abusos de poder (BRODEUR, 2004).

Por fim, refletir sobre a presença constante e problemática dos militares nos espaços públicos, gerindo a vida dos cidadãos, é cada vez mais urgente e indispensável. No entanto, O Globo apresentou discussões simplistas aos seus leitores, sem o confronto de ideias, criando uma trama do bem contra o mal – um maniqueísmo que serviu para justificar os conflitos urbanos e os seus impactos negativos à vida da população. Talvez, o resultado mais evidente dessas narrativas dicotômicas seja a naturalização das mortes

que ocorrem na favela, tendendo a incentivar as seguintes leituras desse problema tão complexo: “se foi morto pelo Estado, não era trabalhador, era bandido”; “o Exército tem que entrar matando, atirando na cabeça”; “matou pouco, tem que matar mais”.

Referências

BARROS, Raquel. Rio de Janeiro: o caleidoscópio da militarização urbana. In: LEITE, Marcia; ROCHA, Lia; FARIAS, Juliana (Org.). **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

BENJAMIN, Walter. **O narrador**. São Paulo: Ática, 1985.

BESTETTI, Maria. Ambiência: espaço físico e comportamento. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, pp. 601-610, 2014.

BRODEUR, Jean. Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 42, pp. 481-489, set-dez, 2004.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 2a ed. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

MILANEZ, Bruno. A desmilitarização da polícia: elementos transdisciplinares para a afirmação de uma lógica policial constitucional. **Revista Justiça e Sistema Criminal**, Curitiba – PR, v. 6, n. 11, pp. 143-160, jul-dez, 2014.

MENDONÇA, Kleber. **A pacificação dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa**. Rio de Janeiro: Caravanas, 2018.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas – SP: Papyrus, 1994.

ROCHA, Lia. Democracia e militarização no Rio de Janeiro. In: LEITE, Marcia. **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Marula, 2018.

ROCHA, Viviane; FILHO, Dario. Quem pacifica o “pacificador” e quem tem medo do “caveirão”? As representações da violência segundo jovens da favela no Rio de Janeiro. In.: CARNEIRO, Sandra; SANT’ANNA, Maria (Org.). **Cidade: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

VILELA, Roberto. Boas saídas, melhores entradas: mídia e ano novo no Rio Olímpico. 2013. 97f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VIRILIO, Paul. **Guerra e cinema**. São Paulo: Página Aberta, 1991.